

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2015**

**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O ano de 2015 foi um período de desafios e oportunidades para a Companhia. Seu principal desafio foi o de manter o desempenho operacional e prospectar novos negócios que deem garantia de continuidade e crescimento para a empresa.

A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular - GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel.

Finalmente, a CEBGAS agradece aos seus clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal, pela confiança depositada em sua gestão, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso inarredável de continuar prestando os serviços de distribuição de gás natural com qualidade, confiabilidade, ética e transparência nos negócios.

**2. PERFIL DA COMPANHIA**

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital n.º 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentável, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional - que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemple as limitações dos recursos públicos para investimento.

**3. NEGÓCIOS DA COMPANHIA**

**LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL**  
As questões atreladas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2015, com os agentes do setor no país, pela mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

**3.1 SUPRIMENTO POR GÁS NATURAL LIQUEFEITO - GNL**

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia - SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito - GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Gás de Cozinha) e, ainda, do Oleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

**3.2 SUPRIMENTO POR GASODUTO DE TRANSPORTE**

A CEBGAS continuou em 2015 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cuja Licença de Instalação - LI foi emitida pelo IBAMA em novembro de 2013. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia - Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Além do Gasoduto do Brasil Central, a CEBGAS vem acompanhando o desenvolvimento das prospecções de Gás Natural que estão sendo realizadas na Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais.

Essas são alternativas importantes para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

**4. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS - 2015**

Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito, a CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil. O fórum de discussão é a Agência Nacional do Petróleo - ANP, que emitirá resolução definindo as características e uso do gás, cuja origem não é fóssil, mas sim das atividades agropecuárias e do tratamento dos resíduos sólidos e líquidos gerados nas cidades, já existem trabalhos em andamento, como alternativa para o uso do Biometano na geração de energia.

**5. DESEMPENHO COMERCIAL**

No ano de 2015 as vendas da Companhia, que são atualmente baseadas no gás natural veicular - GNV, registraram, em comparação com o ano de 2014, uma redução de aproximadamente 7% (sete por cento), tendo sido comercializado um volume de 5.748 m³/dia em 2015, contra o volume de 6.203 m³/dia.

Foram também identificadas algumas razões que vêm motivando a redução do consumo do Gás Natural Veicular no Distrito Federal, sobre as quais, em 2016, serão envidados esforços para diminuição dos seus efeitos, bem como serão realizadas ações de recuperação do mercado. Neste toar, podem ser citadas:

- Oferta de GNV, que abrange as entidades que contribuem para a entrega do produto (do produtor do gás natural liquefeito ao distribuidor do combustível), de forma competitiva com os demais combustíveis.
- Cadeia do conhecimento, que engloba as entidades detentoras do conhecimento do assunto (dos fornecedores de equipamentos até os técnicos das oficinas).
- Discussão com todos os setores de mercado, como forma de ampliar o número de postos de GNV no Distrito Federal com preço competitivo.

**6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**6.1 ATIVOS em R\$ 1.217 mil:**

• O valor das contas Caixa e equivalente de caixa é de R\$ 250 mil, correspondente a 20% do total dos ativos;

• Contas a receber relativas à comercialização do Gás Natural é de R\$ 109 mil, e compõe 9% do valor do ativo total;

• O restante é composto por estoque, outros créditos e pelas contas do ativo não circulante que são o realizável a longo prazo, investimento, imobilizado, intangível e diferido. Este último vem sendo amortizado, conforme previsão legal, desde o início das operações da Companhia.

**6.2 PASSIVOS em R\$ 274 mil:**

- A conta de Fornecedores é de R\$ 201 mil, equivalentes a 73% do total do passivo;
- Posteriormente, aparecem as obrigações sociais e trabalhistas com pouco mais de 7% do passivo, que corresponde a R\$ 21 mil. Em seguida tem-se 16%, relativo a R\$ 45 mil, que são representados por impostos a recolher, entre eles estão às provisões de PIS, COFINS e ICMS.
- Destaca-se que a CEBGAS não possui financiamento de curto e longo prazo.

**6.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido fechou em R\$ 943 mil, e é composto por:

- Capital Social Integralizado - R\$ 4.921 mil
- Prejuízo Acumulado - R\$ (3.978 mil)

**6.4 RESULTADOS**

Em 2015, a CEBGAS teve uma receita Líquida de R\$ 4.374 mil. Os custos do Gás Natural Liquefeito para o segmento veicular totalizaram R\$ 4.004 mil, equivalentes a 91% da Receita Líquida da Companhia. Com isso o Lucro Bruto da Companhia totalizou o valor de R\$ 371 mil.

Os gastos equivalentes às despesas Operacionais totalizaram o valor de R\$ 850 mil, mesmo considerando a atual estrutura da Companhia que é bastante enxuta, onde os diretores são remunerados pelos próprios acionistas e a força de trabalho é composta por quatro colaboradores sendo dois estagiários.

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 36 mil, cabendo ressaltar que a receita financeira é composta por rendimento das aplicações financeiras e as despesas financeiras são relacionadas às taxas bancárias.

O Prejuízo do exercício apurado foi de R\$ 443 mil. Em comparação com o resultado obtido em 2014, houve uma redução de 15%. Essa redução se deve principalmente a esforços contínuos para a diminuição dos custos/despesas da companhia.

A meta da gestão da Companhia para 2016 está definida em três pilares: conseguir aumentar o consumo do gás natural veicular, ampliar o número de postos de Gás Natural Veicular e continuar a prospecção para atendimentos ao mercado industrial.

Brasília, 22 de fevereiro de 2016.

Elias Brito Júnior  
Diretor Presidente

André Gustavo Lins de Macêdo  
Diretor Administrativo e Financeiro

José Rogério da Silva Santos  
Diretor Técnico e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVOS</b>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250	392
Contas a receber	5, 15	109	159
Estoques	6	103	92
Impostos a recuperar	7	6	17
Total dos ativos circulantes		468	660
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo:			
Impostos a recuperar	7	45	24
Imobilizado	8	4	8
Diferido	9	581	843
Intangível	10	119	127
Total dos ativos não circulantes		749	1.002
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>1.217</b>	<b>1.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>14</b>	<b>4.375</b>	<b>3.629</b>
<b>CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>16</b>	<b>(4.004)</b>	<b>(3.335)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>371</b>	<b>294</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	16	(820)	(823)
Remuneração de administradores	16	(30)	(40)
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(479)</b>	<b>(569)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	17	36	50
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(443)</b>	<b>(519)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)					
	Subscrito	Capital social A integralizar	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>5.100</b>	<b>(179)</b>	<b>4.921</b>	<b>(3.016)</b>	<b>1.905</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(519)	(519)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>5.100</b>	<b>(179)</b>	<b>4.921</b>	<b>(3.535)</b>	<b>1.386</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(443)	(443)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>5.100</b>	<b>(179)</b>	<b>4.921</b>	<b>(3.978)</b>	<b>943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
		31/12/2015	31/12/2014
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(443)</b>	<b>(519)</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(443)</b>	<b>(519)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(443)	(519)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	16	274	273
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber		50	9
Estoques		(11)	(8)
Impostos a recuperar		(10)	(17)
<b>(Redução) aumento nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		(10)	(24)
Salários, provisões e contribuições sociais		(1)	(11)
Outras obrigações a pagar		9	(9)
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(142)</b>	<b>(303)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado		-	(1)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	8	-	(1)
<b>REDUÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(142)</b>	<b>(304)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>			
No início do exercício	4	392	696
No fim do exercício	4	250	392
<b>REDUÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(142)</b>	<b>(304)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia está, desde o início das suas operações, amortizando o saldo do diferido em 10 anos, pelo método linear.

**3.5. Intangível**

Compreende o direito de uso da infra estrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções nº 1.003/2010, 1.261/09 e 1.318/10 que aprovaram respectivamente o CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 do OCPC 05 - Contratos de Concessão.

**3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos**

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

**3.7. Direitos e obrigações**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) **Circulante**

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) **Não circulante**

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

**3.8. Principais fontes de julgamento e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	58	50
Aplicações financeiras	192	342
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>392</b>

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2015	31/12/2014
Petrobras Distribuidora S.A.	109	159

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

**6. ESTOQUES**

	31/12/2015	31/12/2014
Gás natural liquefeito - GNL	103	92

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a compensar	51	41
Total	51	41
Circulante	6	17
Não circulante	45	24
Total	51	41

	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benefícios em imóveis de terceiros	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%	10%	
Custo corrigido						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13</b>	<b>64</b>	<b>73</b>	<b>30</b>	<b>18</b>	<b>198</b>
Adições	-	-	1	-	-	1
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2015</b>	<b>13</b>	<b>64</b>	<b>74</b>	<b>30</b>	<b>18</b>	<b>199</b>
Depreciação acumulada						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(13)</b>	<b>(64)</b>	<b>(63)</b>	<b>(30)</b>	<b>(18)</b>	<b>(188)</b>
Adições	(13)	(64)	(3)	-	-	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(26)</b>	<b>(128)</b>	<b>(66)</b>	<b>(30)</b>	<b>(18)</b>	<b>(191)</b>
Adições	(13)	(64)	(4)	-	-	(4)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(39)</b>	<b>(192)</b>	<b>(70)</b>	<b>(30)</b>	<b>(18)</b>	<b>(195)</b>
Imobilizado líquido						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	971	971
Remuneração da administração	393	393
Impostos e taxas	197	197
Serviços de terceiros	339	339
Mapeamento e quantificação do mercado de gás	111	111
Despesas gerais e administrativas	1.134	1.134
Despesas financeiras	36	36
Receita financeira	(568)	(568)
Depreciação	108	108
Subtotal	2.721	2.721
Amortização acumulada	(2.140)	(1.878)
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>843</b>

	10. INTANGÍVEL	
	Amortização	Valor
	Custo	acumulada líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>154</b>	<b>(19)</b>
Adição	-	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>154</b>	<b>(27)</b>
Adição	-	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>154</b>	<b>(35)</b>

	31/12/2015	31/12/20
--	------------	----------



# COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

CNPJ 04.363.670/0001-23

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital subscrito é de R\$ 5.100 (2014, R\$ 5.100) e o capital integralizado é de R\$ 4.921 (2014, R\$ 4.921), representados por 180.000 (2014, 180.000) ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014 e 2015			
	Capital Social Subscrito	Capital Social Integralizado	Quantidade de ações	Participação no capital Social subscrito %
<b>Ações ordinárias</b>				
Companhia Energética de Brasília – CEB	867	836	30.600	51
Termogás S.A	476	459	16.800	28
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	357	345	12.600	21
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>1.700</b>	<b>1.640</b>	<b>60.000</b>	<b>100</b>
<b>Ações preferenciais</b>				
Termogás S.A	2.125	2.051	75.000	63
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	1.275	1.230	45.000	37
Total das ações preferenciais	3.400	3.281	120.000	100
<b>Total</b>	<b>5.100</b>	<b>4.921</b>	<b>180.000</b>	

## 15. PARTES RELACIONADAS

	Transações		Saldos	
	Receita bruta de venda de gás	Compra de gás	Ativo Circulante Contas a receber	Passivo Circulante Fornecedores
Parte relacionada	(a)	(b)	(a)	(b)
Petrobras Distribuidora S.A.	5.421	-	109	-
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	-	4.004	-	189
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.421	4.004	109	189
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.608	3.333	159	201

(a) Os saldos e transações com a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Companhia ligada, são provenientes de venda de gás natural veicular, efetuados com base em contratos de compra e venda celebrado entre as partes; e

(b) O suprimento de gás natural no Distrito Federal é fornecido pela GásLocal – GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda., proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, através de transporte de Gás Natural Liquefeito (GNL).

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

### b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

### c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

### d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, aproximadamente, aos seus valores de mercado

A composição acionária não sofreu alterações durante 2015.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
  - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
- O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício:
- 5% para a constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social;
  - É assegurada aos acionistas a percepção de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
  - A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver; e
  - A Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração.

## 14. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	5.421	4.608
PIS sobre vendas	(90)	(76)
COFINS sobre vendas	(413)	(350)
ICMS sobre vendas	(543)	(553)
Total das deduções	(1.046)	(979)
<b>Receita líquida</b>	<b>4.375</b>	<b>3.629</b>

## 16. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima e materias de consumo	(4.004)	(3.335)
Depreciação e amortização	(274)	(273)
Serviços profissionais	(212)	(188)
Despesa com pessoal	(157)	(224)
Aluguéis e condomínio	(86)	(89)
Telefone e energia elétrica	(26)	(16)
Editais e publicações	(26)	(26)
Outros	(69)	(47)
<b>Total</b>	<b>(4.854)</b>	<b>(4.198)</b>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos	(4.004)	(3.335)
Despesas gerais e administrativas	(820)	(823)
Remuneração de administradores	(30)	(40)
<b>Total</b>	<b>(4.854)</b>	<b>(4.198)</b>

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	36	50

e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

### e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

## 19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 15 de janeiro de 2016, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

DIRETORIA			CONTADORA	
<b>ELIAS BRITO JUNIOR</b> Diretor Presidente	<b>ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO</b> Diretor Administrativo e Financeiro	<b>JOSÉ ROGERIO DA SILVA SANTOS</b> Diretor Técnico e Comercial	<b>LEURÍDIA ALEIXO DA SILVA</b> CRC 018356/02-PE	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
<b>Ari Joaquim da Silva</b>	<b>Gustavo Henrique da Silva Mesquita</b>	<b>José Carlos de Salles Garcez</b>	<b>Raphael Ehlers dos Santos</b>	<b>Julio César de Oliveira Freitas</b>

CONSELHO FISCAL		
<b>Ricardo Jorge Guedes de Souza</b>	<b>Fabio Moreira Amorim</b>	<b>Edmond Fernando Santiago</b>

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo

de R\$ 1.217 mil (um milhão duzentos e dezessete mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 443 mil (quatrocentos e quarenta e três mil reais) Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da *Deloitte Brasil* Auditores Independentes Ltda, datado de 15 de janeiro de 2016, o

Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS  
Brasília, 15 de março de 2016.

**Edmond Fernando Santiago** **Ricardo Jorge Guedes de Souza**  
**Fabio Moreira Amorim**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS  
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras onde é informado que a Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007. Atualmente, a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar às de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir tornar suas atividades similares às de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. A Companhia depende de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Salvador, 15 de janeiro de 2016

**Deloitte.**

DELOITTE BRASIL Auditores Independentes Ltda

Ruti Amaral Ramos Bomfim

Contadora

CRC – 1RJ nº 048.044/O-8 “T” BA